

Esta Listagem não serve como Comprovativo

Rosto	
01 Período de tributação	
De 2019/01/01 a 2019/12/31	
Período 2019	
02 Área da sede, direção efetiva ou estabelecimento estável	
Código do Serviço de Finanças 0485	
03 Identificação e Caracterização do Sujeito Passivo	
Designação N.º de Identificação Fiscal (NIF)	
546595241	
3 Tipo de sujeito passivo	
<input checked="" type="checkbox"/> Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	
<input type="checkbox"/> Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	
<input type="checkbox"/> Não residente com estabelecimento estável	
<input type="checkbox"/> Não residente sem estabelecimento estável	
3-A Qualificação da empresa nos termos do Anexo ao Decreto-Lei N.º 372/2007, de 6 de Novembro	
Se assinalou os campos 1 ou 3 do Quadro 03 - 3, indique como se qualifica nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 06 de novembro	
<input type="checkbox"/> Micro empresa	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequena empresa	
<input type="checkbox"/> Média empresa	
<input type="checkbox"/> Não PME	
3-B Organismos de investimento coletivo	
Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EBF	
<input type="checkbox"/>	
3-C Imputação de rendimentos (Art.º 5.º, n.º 9)	
É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 9 do artigo 5.º?	
Sim <input type="checkbox"/>	
4 Regimes de tributação dos rendimentos	
<input checked="" type="checkbox"/> Geral	
<input type="checkbox"/> Isenção definitiva	
<input type="checkbox"/> Isenção temporária	
<input type="checkbox"/> Redução de taxa	
<input type="checkbox"/> Simplificado	
<input type="checkbox"/> Transparência fiscal	
<input type="checkbox"/> Grupos de sociedades	
NIF da sociedade dominante / Responsável (art.º 69.º-A, n.ºs 3 e 4)	
5	
<input type="checkbox"/> Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril)	
<input type="checkbox"/> Ocorreu alguma das situações referidas no ex-art.º 87.º, n.º 7 ?	
<input type="checkbox"/> Artigo 36.º-A do EBF	
<input type="checkbox"/> Regime especial das atividades de transporte marítimo (Dec.-lei n.º 92/2018, de 13 de novembro)	
4-A Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)	

2/14

Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 34.º, 37.º e 38.º)	208	€	<input type="text"/>
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 40.º)	209	€	<input type="text"/>
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.º 62.º do EBF)	210	€	<input type="text"/>
IRC e outros impostos incidentes direta ou indiretamente sobre lucros [art.º 42.º, n.º1, alínea a)]	211	€	<input type="text"/>
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações [art.º 42.º, n.º1, alínea d)]	212	€	<input type="text"/>
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 42.º, n.º1, alínea e)]	213	€	<input type="text"/>
Encargos não devidamente documentados [art.º 42.º, n.º1, alínea g)]	277	€	<input type="text"/>
Despesas não documentadas (art.º 23.º)	214	€	<input type="text"/>
Menos-valias contabilísticas	215	€	<input type="text"/>
Correções nos casos de crédito de imposto (art.º 62.º, n.º1)	217	€	<input type="text"/>
40% do aumento das reintegrações resultantes da reavaliação do imobilizado corpóreo	218	€	<input type="text"/>
Importâncias devidas pelo aluguer de viaturas sem condutor [art.º 42.º, n.º1, alínea h)]	220	€	<input type="text"/>
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º7)	222	€	<input type="text"/>
Despesas com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 42.º, n.º1, alínea f)]	223	€	<input type="text"/>
Correções relativas a exercícios anteriores	224	€	<input type="text"/>
Correções relativas a preços de transferência (art.º 58.º, n.º8)	251	€	<input type="text"/>
Pagamentos a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 59.º, n.º1)	252	€	<input type="text"/>
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 60.º)	253	€	<input type="text"/>
Subcapitalização (art.º 61.º, n.º1)	254	€	<input type="text"/>
Juros de suprimentos [art.º 42.º, n.º1, alínea j)]	255	€	<input type="text"/>
Despesas com combustíveis [art.º 42.º, n.º1, alínea i)]	256	€	<input type="text"/>
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato[ art.º 58.º-A, n.º 3, alínea a) ]	257	€	<input type="text"/>
Importâncias constantes de documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido [art.º 42.º, nº 1, alínea b)]	258	€	<input type="text"/>
Custos ou perdas suportados com transmissão onerosa de partes de capital (art.º 23.º, nºs 5,6 e 7)	259	€	<input type="text"/>
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis ou para além dos limites legais (arts.º 34.º, 35.º e 36.º)	270	€	<input type="text"/>
Impostos diferidos	271	€	<input type="text"/>
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 43.º)	216	€	<input type="text"/>
Mais-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 45.º)	274	€	<input type="text"/>
Acréscimos por não reinvestimento (art.º 45.º, n.º 6.º)	275	€	<input type="text"/>
Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, alínea b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro]	276	€	<input type="text"/>
	225	€	<input type="text"/>
SOMA (campos 204 a 225)	226	€	0,00
A DEDUZIR			
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	227	€	<input type="text"/>
Redução de provisões tributadas	228	€	<input type="text"/>
Mais-valias contabilísticas	229	€	<input type="text"/>
Menos-valias fiscais (art.º 43.º)	230	€	<input type="text"/>
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	231	€	<input type="text"/>
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	232	€	<input type="text"/>
Atualização de encargos de explorações silvícolas (art.º 18.º, n.º 6.º)	233	€	<input type="text"/>
Benefícios fiscais	234	€	<input type="text"/>
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º7)	235	€	<input type="text"/>
40% das realizações de utilidade social (art.º 40.º, n.º9)	236	€	<input type="text"/>
Reversões de ajustamentos de valores de ativos tributados	272	€	<input type="text"/>
Impostos diferidos	273	€	<input type="text"/>
	237	€	<input type="text"/>
SOMA (campos 227 a 237)	238	€	0,00

PREJÚZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 238 > 226) (A transportar para os Campos 301, 312 e/ou 323 do Quadro 09)	239	€	<input type="text" value="0,00"/>
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 226 >= 238) (A transportar para os Campos 302, 313, e/ou 324 do Quadro 09)	240	€	<input type="text"/>

07 (Período 2010 e posteriores)	Apuramento do lucro tributável			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		701	€	<input type="text" value="11.442,73"/>
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciaíveis/não amortizáveis [art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d)]		702	€	<input type="text"/>
Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)		703	€	<input type="text"/>
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)		704	€	<input type="text"/>
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)		705	€	<input type="text"/>
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)		706	€	<input type="text"/>
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)		707	€	<input type="text"/>
SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)		708	€	<input type="text" value="11.442,73"/>
A ACRESCER				
Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)		709	€	<input type="text"/>
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)		710	€	<input type="text"/>
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)		711	€	<input type="text"/>
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juros (art.º 18.º, n.º 5)		712	€	<input type="text"/>
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)		712	€	<input type="text"/>
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)		713	€	<input type="text"/>
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º11)		714	€	<input type="text"/>
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º12)		715	€	<input type="text"/>
Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (ex-art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º5)		717	€	<input type="text"/>
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros		721	€	<input type="text"/>
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]		724	€	<input type="text" value="825,00"/>
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]		725	€	<input type="text" value="875,00"/>
Despesas não documentadas [art.º 23.º -A, n.º1, al. b)]		716	€	<input type="text"/>
Encargos não devidamente documentados [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]		731	€	<input type="text" value="50,00"/>
Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]		726	€	<input type="text"/>
Despesas ilícitas [art.º 23.º -A, n.º1, al. d)]		718	€	<input type="text"/>
Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]		728	€	<input type="text" value="800,00"/>
Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente obrigado a suportar [art.º 23.º -A, n.º1, al. f)]		727	€	<input type="text"/>
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. g)]		729	€	<input type="text"/>
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º -A, n.º 1, al. h)]		730	€	<input type="text" value="161,71"/>
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 23.º -A, n.º 1, al. i)]		732	€	<input type="text"/>
Encargos com combustíveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. j)]		733	€	<input type="text"/>
Encargos relativos a barcos de recreio e aeronaves de passageiros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. k)]		784	€	<input type="text"/>
Juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade [art.º 23.º -A, n.º 1, al. m)]		734	€	<input type="text"/>
Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º -A, n.º 1, al. o)]		735	€	<input type="text"/>
Contribuição sobre o setor bancário [art.º 23.º -A, n.º 1, al. p)]		780	€	<input type="text"/>
Contribuição extraordinária sobre o setor energético [art.º 23.º -A, n.º 1, al. q)]		785	€	<input type="text"/>
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 23.º -A, n.º 1, al. r) e n.º 7]		746	€	<input type="text"/>
50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final)		737	€	<input type="text"/>
Outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio e gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 23.º -A, n.ºs 2 e 3)		786	€	<input type="text"/>
Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º -A a 28.º -C)		718	€	<input type="text"/>
Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31 -B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º1), não aceites como gastos		719	€	<input type="text"/>
40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do DR 25/2009, de 14/9)		720	€	<input type="text"/>
Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)		722	€	<input type="text"/>

Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	€	
Menos-valias contabilísticas	736	€	
Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	738	€	
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	€	
50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.º 1)	740	€	
Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6)	741	€	
Mais-valias fiscais-regime transitório [art.º 7.º, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29/12 e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27/12]	742	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	743	€	
Prejuízos de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	747	€	
Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744	€	
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3, al. a)]	745	€	
Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747	€	
Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos (art.º 67.º)	748	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (art.º 68.º, n.º 1)	749	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação económica internacional (art.º 68.º, n.º 3)	788	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	789	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	790	€	
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)	751	€	280,00
Encargos financeiros não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º2 do EBF)	779	€	
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do Código do IMI)	797	€	
Gastos e perdas relativos às atividades de transporte marítimo às quais é aplicável o regime especial de determinação da matéria coletável (art.º 6.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro)	799	€	
Outros acréscimos	752	€	
SOMA (campos 708 a 752)	753	€	14.354,44
A DEDUZIR			
Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º, al. f) do DR 25/2009, de 14/9]	754	€	
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	755	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18, n.º 2)	756	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: rédito de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	791	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	758	€	
Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	760	€	
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761	€	
Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º -A, n.º 3)	762	€	
Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	763	€	
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º -A, n.º 1 e 31.º -B, n.º7)	761	€	
Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4)	764	€	
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765	€	
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	766	€	
Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A)	792	€	
Mais-valias contabilísticas	767	€	2.527,66
50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b) e ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art. 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	768	€	
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	769	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	770	€	
50% dos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial (art.º 50.º -A)	793	€	
Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos (art.º 51.º e 51.º -D)	771	€	
Lucros de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)			

		794	€	
Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]				
		772	€	
Reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de tributação anteriores (art.º 67.º)				
		795	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas da partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)				
		773	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)				
		796	€	
Benefícios Fiscais				
		774	€	
Réditos e rendimentos relativos às atividades de transporte marítimo às quais é aplicável o regime especial de determinação da matéria coletável (art.º 6.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro)				
		800	€	
Outras deduções				
		775	€	
Perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados (art.º 4.º do anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto)				
		796	€	
SOMA (campos 754 a 775 + 798 + 800)				
		776	€	2.527,66
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753)				
		777	€	0,00
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 >= 776) (A transportar para o quadro 09)				
		778	€	11.826,78

08

Regimes de taxa

08.1	Regimes de redução de taxa	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)	242	20%
	Benefícios relativos à interioridade (art.º 41.º-B e ex-art.º 43.º do EBF)	245	12,5% / 21%
	Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei nº 85/98, de 16/12)	248	20%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)	260	3%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 36.º e 36.º-A do EBF)	265	5%
		247	
08.2	Regime geral	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)	246	13,6% / 16,8%
	Região Autónoma Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, 20/2)	249	16% / 21%
	Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	262	25%
	Mais-valias imobiliárias/Incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	263	25%
	Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	266	25%
	Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º1, al. c) do EBF)	267	10%
	Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	264	

09

Apuramento da matéria coletável

	(transporte de Q. 07)	Regime geral	Com redução de taxa	Com isenção	Regime simplificado (em vigor até 2010)
1. PREJUÍZO FISCAL		301	312	323	
2. LUCRO TRIBUTÁVEL		302	313	324	400
Regime especial dos grupos de sociedades					
Soma algébrica dos resultados fiscais					
					380
Lucros distribuídos (ex-art.º 70.º, n.º 2)					
					381
Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)					
					395
Ajustamento READ (art.º 5.º, n.º 1 al. b) do Anexo à Lei n.º 61/2014, 26 de agosto)					
					500
Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período					
					376
Resultado fiscal do grupo					
					382
Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime:					
		Prejuízos	NIF		
Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)					
		Prejuízos	NIF		
Prejuízos fiscais dedutíveis					
		303	314	325	401
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)					
		383	386	389	392

Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75, n.º 5]	384 €		387 €		390 €		393 €	
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385 €		388 €		391 €		394 €	
3. DEDUÇÕES								
Prejuízos fiscais deduzidos	309 €		320 €		331 €		407 €	
<input type="checkbox"/> Discriminação dos prejuízos fiscais deduzidos, por período de apuramento e montante								
Regime Geral								
309.1 - Período 309.2 - Montante								
Com redução de taxa								
320.1 - Período 320.2 - Montante								
Com isenção								
331.1 - Período 331.2 - Montante								
Benefícios fiscais	310 €		321 €		332 €		408 €	
4. MATÉRIA COLETÁVEL (2-3)	311 €	11.826,78	322 €		333 €		409 €	0,00
ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)	336 €							
COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54, n.º 2 do EBF)	339 €							
Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:								
Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)							397 €	0,00
397-A Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1 al. c) e art.º 75.º, n.º 5]	Valor utilizado no período NIF							
397-B Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	Valor utilizado no período NIF							
Matéria Coletável do regime especial (campo 11 do quadro 04 do anexo G)							300 €	
MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E, exceto o campo 300							346 €	11.826,78

10	Cálculo do Imposto							
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 15.000,00 de matéria colétavel das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c.42 do anexo E) x 17%							347-A €	2.010,55
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%							347-B €	
Imposto a outras taxas				348		%	349 €	
Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores							350 €	
Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira							370 €	
COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)							351 €	2.010,55
Derrama estadual (art.º 87.º - A)							373 €	
COLETA TOTAL (351 +373)							378 €	2.010,55
Deduções:								
Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º)							353 €	
Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º -A)							375 €	
Benefícios fiscais							355 €	591,34
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do CIMI)							470 €	
Pagamento especial por conta (art.º 93.º)							356 €	
TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356 + 470) <= 378							357 €	591,34
TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) >= 0							358 €	1.419,21
Resultado da liquidação (art.º 92.º)							371 €	
Retenções na fonte							359 €	1.000,00
Pagamentos por conta (art.º 105.º) e Pagamento por conta autónomo (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, art.º 136.º, n.º 2)							360 €	
Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º - A)							374 €	
IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0							301 €	419,21
IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0							302 €	0,00

IRC de períodos anteriores	363	€	1.000,00
Reposição de benefícios fiscais	372	€	
Derrama municipal	364	€	
Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJII > 378	379	€	
Tributações autónomas	365	€	90,59
Juros compensatórios	366	€	
Juros de mora	369	€	
TOTAL A PAGAR [361 ou (-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0	367	€	1.509,80
TOTAL A RECUPERAR [(-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0	368	€	0,00
10-A Juros compensatórios			
Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10:			
Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração	366 A	€	
Juros compensatórios declarados por outros motivos	366 B	€	
10-B Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)			
Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2)			
1 <input type="checkbox"/> imediato [al. a)]			
2 <input type="checkbox"/> diferido [al. b)]			
3 <input type="checkbox"/> fracionado [al. c)]			
IRC + Derrama estadual		Derrama municipal	
Valor do pagamento diferido ou fracionado	377-A	€	377-B €
Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B)			377 €
TOTAL A PAGAR (367 -377) > 0			430 €
TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0			431 €

11	Outras informações
Total de rendimentos do período	410 € 240.330,48
Volume de negócios do período (a repartir no quadro 11-B, se for caso disso)	411 € 207.563,61
Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º	416 €
Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11)	418
Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]	Sim? 423 <input type="checkbox"/>
Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária?	Sim? 429 <input type="checkbox"/>

11-A	Ativos por impostos diferidos (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto
Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod. 22:	
AID de perdas por imparidade em créditos	460 €
AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados	461 €
Outros AID	462 €
Informação adicional:	
Capital próprio	463 €
Crédito Tributário	464 €
Data da entrada em liquidação	465

11-B	Repartição do Volume Anual de Negócios pelas Circunscrições (CONTINENTE, AÇORES E MADEIRA)
Volume global de negócios não isento	1 €
Volume de negócios, não isento, imputável às instalações situadas na Região Autónoma da Madeira (RAM)	2 €
Volume de negócios, não isento, imputável às instalações situadas na Região Autónoma dos Açores (RAA)	3 €
Rácio 1 (RAM) = (campo 2 : campo 1)	4
Rácio 2 (RAA) = (campo 3 : campo 1)	5



Rácio 3 (CONTINENTE) = 1 - (rácio 1 + rácio 2)								22									
12																	
Retenções na fonte																	
N.º de identificação fiscal ( NIF )Retenção na fonte																	
14106065€1.000,00																	
13																	
Tributações autónomas																	
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º7)										414	€						
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)										415	€						
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)										417	€						
Encargos com viaturas (antiga redação do art.º 88, n.º 3) (regime em vigor até 31/12/2013)										420	€						
Encargos com viaturas (ex-art.º 88.º, n.º4) (regime em vigor até 31/12/2013)										421	€						
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]										422	€						
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]										424	€						
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)										425	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA <= € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]										426	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]										427	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]										428	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]										432	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]										433	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]										434	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]										435	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]										436	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]										437	€						
Despesas não documentadas [art.º 88, n.º 1] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22, n.º 8 do EBF)										438	€						
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 88.º, n.ºs 1 e 8] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)										439	€						
13-A																	
Tributações autónomas - Zona Franca da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 14 do EBF)																	
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º7)										440	€						
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)										441	€						
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)										442	€						
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]										443	€						
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]										444	€						
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)										445	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA <= € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]										446	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]										447	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]										448	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]										449	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]										450	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]										451	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]										452	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]										453	€						
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]										454	€						
14																	
Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (CIDTJI)																	
Apuramento no período																	
1 - Código do País		2 - Tipo de rendimentos		3 - Saldo não deduzido		4 - Imposto pago no estrangeiro [art.º 91.º, n.º1, al. a)]		5 - Fração do imposto relativa a rendimentos obtidos no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. b)]		6 - Crédito de imposto do período		7 - Dedução efetuada no período		8 - Saldo que transita			
Saldo não deduzido						Crédito de imposto do período				Dedução efetuada no período				Saldo que transita			
TOTAL do CIDTJI com CDT						€				€				€			
TOTAL do CIDTJI sem CDT						€				€				€			

Anexo D																							
03	Rendimentos Isentos																						
031	<table><thead><tr><th>Isenção definitiva</th><th>Rendimentos Líquidos</th></tr></thead><tbody><tr><td>Pessoas coletivas de utilidade pública de solidariedade social (art.º 10.º do CIRC)</td><td>301 €</td></tr><tr><td>Atividades culturais, recreativas e desportivas (art.º 11.º do CIRC e art.º 54.º, n.º 1 do EBF)</td><td>302 €</td></tr><tr><td>Cooperativas (art.º 66.º-A do EBF)</td><td>303 €</td></tr><tr><td>Empreiteiros ou arrematantes, relativamente aos lucros derivados de obras e trabalhos das infraestruturas comuns NATO (art.º 14, n.º 2 do CIRC)</td><td>313 €</td></tr><tr><td>Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente</td><td>314 €</td></tr><tr><td>Entidade central de armazenagem: resultados líquidos do período contabilizados na gestão de reservas estratégicas de petróleo (art.º 25.º-A do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro)</td><td>316 €</td></tr><tr><td>Outras isenções definitivas</td><td>304 €</td></tr></tbody></table>	Isenção definitiva	Rendimentos Líquidos	Pessoas coletivas de utilidade pública de solidariedade social (art.º 10.º do CIRC)	301 €	Atividades culturais, recreativas e desportivas (art.º 11.º do CIRC e art.º 54.º, n.º 1 do EBF)	302 €	Cooperativas (art.º 66.º-A do EBF)	303 €	Empreiteiros ou arrematantes, relativamente aos lucros derivados de obras e trabalhos das infraestruturas comuns NATO (art.º 14, n.º 2 do CIRC)	313 €	Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente	314 €	Entidade central de armazenagem: resultados líquidos do período contabilizados na gestão de reservas estratégicas de petróleo (art.º 25.º-A do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro)	316 €	Outras isenções definitivas	304 €						
Isenção definitiva	Rendimentos Líquidos																						
Pessoas coletivas de utilidade pública de solidariedade social (art.º 10.º do CIRC)	301 €																						
Atividades culturais, recreativas e desportivas (art.º 11.º do CIRC e art.º 54.º, n.º 1 do EBF)	302 €																						
Cooperativas (art.º 66.º-A do EBF)	303 €																						
Empreiteiros ou arrematantes, relativamente aos lucros derivados de obras e trabalhos das infraestruturas comuns NATO (art.º 14, n.º 2 do CIRC)	313 €																						
Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente	314 €																						
Entidade central de armazenagem: resultados líquidos do período contabilizados na gestão de reservas estratégicas de petróleo (art.º 25.º-A do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro)	316 €																						
Outras isenções definitivas	304 €																						
031-A Campo 314 - Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente																							
<div>Código do benefícioMontante</div>																							
031-B Campo 304 - Outras isenções definitivas																							
<div>Código do benefícioMontante</div>																							
032	<table><thead><tr><th>Isenção temporária</th><th>Rendimentos Líquidos</th></tr></thead><tbody><tr><td>Zona Franca da Madeira e da Ilha de Santa Maria (art.º 33.º, n.º 1 do EBF)</td><td>305 €</td></tr><tr><td>Comissões vitivinícolas regionais (art.º 52.º do EBF)</td><td>306 €</td></tr><tr><td>Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos (art.º 53.º do EBF)</td><td>307 €</td></tr><tr><td>Associações públicas, confederações, associações sindicais e patronais e associações de pais (art.º 55.º do EBF)</td><td>308 €</td></tr><tr><td>Sociedades ou associações científicas internacionais (ex-art.º 57.º do EBF)</td><td>309 €</td></tr><tr><td>Baldios e comunidades locais (art.º 59.º do EBF)</td><td>310 €</td></tr><tr><td>Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias [mais-valias isentas (art.º 70.º do EBF)]</td><td>311 €</td></tr><tr><td>Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente</td><td>315 €</td></tr><tr><td>Rendimentos obtidos por entidades de gestão florestal (EGF) e unidades de gestão florestal (UGF) (art.º 59.º-G do EBF)</td><td>317 €</td></tr><tr><td>Outras isenções temporárias</td><td>312 €</td></tr></tbody></table>	Isenção temporária	Rendimentos Líquidos	Zona Franca da Madeira e da Ilha de Santa Maria (art.º 33.º, n.º 1 do EBF)	305 €	Comissões vitivinícolas regionais (art.º 52.º do EBF)	306 €	Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos (art.º 53.º do EBF)	307 €	Associações públicas, confederações, associações sindicais e patronais e associações de pais (art.º 55.º do EBF)	308 €	Sociedades ou associações científicas internacionais (ex-art.º 57.º do EBF)	309 €	Baldios e comunidades locais (art.º 59.º do EBF)	310 €	Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias [mais-valias isentas (art.º 70.º do EBF)]	311 €	Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente	315 €	Rendimentos obtidos por entidades de gestão florestal (EGF) e unidades de gestão florestal (UGF) (art.º 59.º-G do EBF)	317 €	Outras isenções temporárias	312 €
Isenção temporária	Rendimentos Líquidos																						
Zona Franca da Madeira e da Ilha de Santa Maria (art.º 33.º, n.º 1 do EBF)	305 €																						
Comissões vitivinícolas regionais (art.º 52.º do EBF)	306 €																						
Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos (art.º 53.º do EBF)	307 €																						
Associações públicas, confederações, associações sindicais e patronais e associações de pais (art.º 55.º do EBF)	308 €																						
Sociedades ou associações científicas internacionais (ex-art.º 57.º do EBF)	309 €																						
Baldios e comunidades locais (art.º 59.º do EBF)	310 €																						
Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias [mais-valias isentas (art.º 70.º do EBF)]	311 €																						
Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente	315 €																						
Rendimentos obtidos por entidades de gestão florestal (EGF) e unidades de gestão florestal (UGF) (art.º 59.º-G do EBF)	317 €																						
Outras isenções temporárias	312 €																						
032-A Campo 315 - Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente																							
<div>Código do benefícioMontante</div>																							
032-B Campo 312 - Outras isenções temporárias																							
<div>Código do benefícioMontante</div>																							

04	Deduções ao rendimento (a deduzir no campo 774 no quadro 07 da declaração)																																		
	<table><thead><tr><th>Normativo legal</th><th>Dedução efetuada</th></tr></thead><tbody><tr><td>Majoração à criação de emprego (art.º 19.º do EBF)</td><td>401 €</td></tr><tr><td>Fundos de investimento [art.º 22.º, n.º 14, al. b) do EBF]</td><td>402 €</td></tr><tr><td>Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos PALOP e Timor-Leste (ex-art.º 42.º do EBF)</td><td>403 €</td></tr><tr><td>Majorações aplicadas aos benefícios fiscais à interioridade [ex-art.º 43.º, n.º1, al. c) e d) do EBF]</td><td>404 €</td></tr><tr><td>Empresas armadoras da marinha mercante nacional (art.º 51.º do EBF)</td><td>405 €</td></tr><tr><td>Majorações aplicadas aos donativos previstos nos artigos 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF</td><td>406 €</td></tr><tr><td>Majoração de quotizações empresariais (art.º 44.º do CIRC)</td><td>407 €</td></tr><tr><td>Majoração aplicada aos gastos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos (art.º 70.º, n.º 4 do EBF)</td><td>408 €</td></tr><tr><td>Remuneração convencional do capital social (art.º 136.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF)</td><td>409 €</td></tr><tr><td>Majoração dos gastos relativos a creches, lactários e jardins de infância (art.º 43.º, n.º 9 do CIRC)</td><td>412 €</td></tr><tr><td>Majoração das despesas realizadas por cooperativas em aplicação da reserva para a educação e formação (art.º 66.º-A, n.º 7 do EBF)</td><td>413 €</td></tr><tr><td>Lucros colocados à disposição e rendimentos de juros obtidos por sócios ou acionistas de sociedades licenciadas na ZFM (art.º 36.º-A, n.ºs 10 e 11, do EBF)</td><td>414 €</td></tr><tr><td>Majoração dos gastos suportados com a aquisição de eletricidade, GNV e GPL para abastecimento de veículos (art.º 59.º-A do EBF)</td><td>415 €</td></tr><tr><td>Majoração das despesas com sistemas de car-sharing e bike-sharing (art.º 59.º-B do EBF)</td><td>416 €</td></tr><tr><td>Majoração das despesas com frotas de velocípedes (art.º 59.º-C do EBF)</td><td>417 €</td></tr><tr><td>Majoração do gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com contribuições financeiras destinadas ao fundo comum (art.º</td><td>418 €</td></tr></tbody></table>	Normativo legal	Dedução efetuada	Majoração à criação de emprego (art.º 19.º do EBF)	401 €	Fundos de investimento [art.º 22.º, n.º 14, al. b) do EBF]	402 €	Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos PALOP e Timor-Leste (ex-art.º 42.º do EBF)	403 €	Majorações aplicadas aos benefícios fiscais à interioridade [ex-art.º 43.º, n.º1, al. c) e d) do EBF]	404 €	Empresas armadoras da marinha mercante nacional (art.º 51.º do EBF)	405 €	Majorações aplicadas aos donativos previstos nos artigos 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF	406 €	Majoração de quotizações empresariais (art.º 44.º do CIRC)	407 €	Majoração aplicada aos gastos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos (art.º 70.º, n.º 4 do EBF)	408 €	Remuneração convencional do capital social (art.º 136.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF)	409 €	Majoração dos gastos relativos a creches, lactários e jardins de infância (art.º 43.º, n.º 9 do CIRC)	412 €	Majoração das despesas realizadas por cooperativas em aplicação da reserva para a educação e formação (art.º 66.º-A, n.º 7 do EBF)	413 €	Lucros colocados à disposição e rendimentos de juros obtidos por sócios ou acionistas de sociedades licenciadas na ZFM (art.º 36.º-A, n.ºs 10 e 11, do EBF)	414 €	Majoração dos gastos suportados com a aquisição de eletricidade, GNV e GPL para abastecimento de veículos (art.º 59.º-A do EBF)	415 €	Majoração das despesas com sistemas de car-sharing e bike-sharing (art.º 59.º-B do EBF)	416 €	Majoração das despesas com frotas de velocípedes (art.º 59.º-C do EBF)	417 €	Majoração do gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com contribuições financeiras destinadas ao fundo comum (art.º	418 €
Normativo legal	Dedução efetuada																																		
Majoração à criação de emprego (art.º 19.º do EBF)	401 €																																		
Fundos de investimento [art.º 22.º, n.º 14, al. b) do EBF]	402 €																																		
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos PALOP e Timor-Leste (ex-art.º 42.º do EBF)	403 €																																		
Majorações aplicadas aos benefícios fiscais à interioridade [ex-art.º 43.º, n.º1, al. c) e d) do EBF]	404 €																																		
Empresas armadoras da marinha mercante nacional (art.º 51.º do EBF)	405 €																																		
Majorações aplicadas aos donativos previstos nos artigos 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF	406 €																																		
Majoração de quotizações empresariais (art.º 44.º do CIRC)	407 €																																		
Majoração aplicada aos gastos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos (art.º 70.º, n.º 4 do EBF)	408 €																																		
Remuneração convencional do capital social (art.º 136.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF)	409 €																																		
Majoração dos gastos relativos a creches, lactários e jardins de infância (art.º 43.º, n.º 9 do CIRC)	412 €																																		
Majoração das despesas realizadas por cooperativas em aplicação da reserva para a educação e formação (art.º 66.º-A, n.º 7 do EBF)	413 €																																		
Lucros colocados à disposição e rendimentos de juros obtidos por sócios ou acionistas de sociedades licenciadas na ZFM (art.º 36.º-A, n.ºs 10 e 11, do EBF)	414 €																																		
Majoração dos gastos suportados com a aquisição de eletricidade, GNV e GPL para abastecimento de veículos (art.º 59.º-A do EBF)	415 €																																		
Majoração das despesas com sistemas de car-sharing e bike-sharing (art.º 59.º-B do EBF)	416 €																																		
Majoração das despesas com frotas de velocípedes (art.º 59.º-C do EBF)	417 €																																		
Majoração do gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com contribuições financeiras destinadas ao fundo comum (art.º	418 €																																		

59-ºD, nº 12 do EBF)		€	
Majoração das despesas com certificação biológica de exploração (art.º 59-ºE do EBF)		419	€
Majorações dos gastos e perdas no âmbito de parcerias de títulos de impacto social (art.º 19-ºA do EBF)		420	€
Majorações dos gastos e perdas relativos a obras de conservação e manutenção dos prédios ou parte de prédios afetos a lojas com história reconhecidas pelo município (art.º 59-ºI do EBF)		421	€
Outras deduções ao rendimento		410	€
TOTAL DAS DEDUÇÕES (401 + .... + 409 + 412 + .... + 421 + 410)		411	€
04-A Campo 410 - Outras deduções ao rendimento			
Código do benefícioMontante			
041 Transmissão de benefícios fiscais da sociedade fundida ou cindida ou da sociedade contribuidora (art.º 75-º-A do CIRC)			
Código do benefícioNIF soc. fundida, cindida ou contribuidoraMontante			

05 Soc. gestoras de participações sociais (SGPS), soc. de capital de risco (SCR) e investidores de capital de risco (ICR)	
Mais-valias não tributadas (ex-art.º 32-º, nº 2 e ex-art.º 32-ºA, nº 1 do EBF)	501 €
Menos-valias fiscais não dedutíveis (ex-art.º 32-º, nº 2 e ex-art.º 32-ºA, nº 1 do EBF)	502 €

06 Entidades Licenciadas na Zona Franca da Madeira	
Data do licenciamento	601
604 Código NACE Rev. 1 (art.º 36-º, nº 6 do EBF)	Código NACE Rev. 1 (art.º 36-º, nº 6 do EBF)
605 Código NACE Rev. 2 (art.º 36-ºA, nº 7 do EBF)	Código NACE Rev. 2 (art.º 36-ºA, nº 7 do EBF)
Número de postos de trabalho criados nos primeiros seis meses de atividade e mantidos no período	602
Número de postos de trabalho criados/mantidos:	
No início do período de tributação	606
No final do período de tributação	607
Investimento efetuado na aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, nos dois primeiros anos de atividade	603 €

06.1 Apuramento do limite máximo aplicável aos benefícios fiscais relativos ao período (a preencher no caso de aplicação do regime do art.º 36-ºA do EBF)	
Benefício correspondente à diferença:	
Taxa de IRC (artigo 36-ºA, nº 1 do EBF)	608 €
Derrama regional (artigo 36-ºA, nº 12 do EBF)	609 €
Derrama municipal (artigo 36-ºA, nº 12 do EBF)	610 €
Taxas de tributações autónomas (artigo 36-ºA, nº 14 do EBF)	611 €
Dedução de 50% da coleta do IRC (artigo 36-ºA, nº 6 do EBF)	612 €
Outros benefícios previstos (artigo 36-ºA, nº 12 do EBF)	613 €
TOTAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (608 + 609 + 610 + 611 + 612 + 613)	614 €
Valor acrescentado bruto no período e na Zona Franca da Madeira x 20,1% [art.º 36-ºA, nº 3, a) do EBF]	615 €
Custos anuais de mão-de-obra incorridos na Zona Franca da Madeira x 30,1% [art.º 36-ºA, nº 3, b) do EBF]	616 €
Volume de negócios do período na Zona Franca da Madeira x 15,1% [art.º 36-ºA, nº 3, c) do EBF]	617 €
Excesso a regularizar (art.º 36-ºA, nº 3 do EBF) (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)	618 €

07 Deduções à coleta (a deduzir no campo 355 do quadro 10 da declaração)										
071 Benefícios fiscais contratuais ao investimento (ex-art.º 41-º, nº 1 do EBF, art.ºs 15-º a 21-º do CFI (revogado) e art.ºs 2-º a 21-º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei nº 162/2014, de 31/10 e art.ºs 2-º a 21-º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional nº 24/2016/M, de 28/06										
NIF da soc. Individual (RETGS)	01- Diploma	02-Período a que respeita o benefício	03-Saldo caducado	701-Saldo não deduzido no período anterior	702-Dotação do período	703-Dedução do período	704-Saldo que transita para período seguinte			
Saldo caducado		Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período		Saldo que transita para período(s) seguinte(s)		
Total	€	0,00	€	0,00	€	0,00	€	0,00	€	0,00
071-A		RETGS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (a preencher pelas sociedades que integram o grupo) - utilização do benefício no âmbito do grupo								
01- Diploma	02-Período a que respeita o benefício	03-Saldo caducado real na declaração do grupo	04-Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo	05-Dotação do período na declaração do grupo	06-Dedução utilizada na declaração de grupo	07-Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo				
Saldo caducado real na		Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período na		Dedução utilizada na		Saldo que transita para		

declaração do grupo		à coleta do grupo		declaração do grupo		declaração de grupo		período seguinte na declaração de grupo	
Total		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00	

072					Projetos de investimento à internacionalização (ex-art.º 41.º, n.º 4 do EBF e art.º 22.º do CFI revogado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31/12)				
Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período		Saldo que transita para período seguinte			
705 € 0,00		706 € 0,00		707 € 0,00		708 € 0,00			

073					SIFIDE - Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial (Lei n.º 40/2005, de 3/8) e SIFIDE II (art.º 133.º da Lei 55-A/2010, de 31/12, art.ºs 33.º a 40.º do CFI (revogado) e art.ºs 35.º a 42.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 35.º a 42.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)				
-----	--	--	--	--	---	--	--	--	--

743-NIF da soc. Individual (RETGS)		01-Diploma		02-Período a que respeita o benefício		03-Saldo caducado		709-Saldo não deduzido no período anterior		710-Dotação do período		711-Dedução do período		712-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	
Saldo caducado		Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período		Saldo que transita para período(s) seguinte(s)							
Total		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00	

073-A					RETGS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (a preencher pelas sociedades que integram o grupo) - utilização do benefício no âmbito do grupo				
-------	--	--	--	--	---	--	--	--	--

01-Diploma		02-Período a que respeita o benefício		03-Saldo caducado real na declaração do grupo		04-Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo		05-Dotação do período na declaração do grupo		06-Dedução utilizada na declaração de grupo		07-Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo	
Saldo caducado real na declaração do grupo		Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo		Dotação do período na declaração do grupo		Dedução utilizada na declaração de grupo		Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo					
Total		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00	

074					Regime fiscal de apoio ao investimento (Lei n.º 10/2009, de 10/3 (sucessivamente prorrogada), art.ºs 26º a 32º do CFI (revogado) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)				
-----	--	--	--	--	--	--	--	--	--

744-NIF da soc. Individual (RETGS)		01-Diploma		02-Período a que respeita o benefício		03-Saldo caducado		713-Saldo não deduzido no período anterior		714-Dotação do período		715-Dedução do período		716-Saldo que transita para período seguinte	
Saldo caducado		Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período		Saldo que transita para período seguinte							
Total		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00	

074-A					RETGS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (a preencher pelas sociedades que integram o grupo) - utilização do benefício no âmbito do grupo				
-------	--	--	--	--	---	--	--	--	--

01-Diploma		02-Período a que respeita o benefício		03-Saldo caducado real na declaração do grupo		04-Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo		05-Dotação do período na declaração do grupo		06-Dedução utilizada na declaração de grupo		07-Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo	
Saldo caducado real na declaração do grupo		Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo		Dotação do período na declaração do grupo		Dedução utilizada na declaração de grupo		Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo					
Total		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00		€ 0,00	

075					Outras deduções à coleta				
-----	--	--	--	--	--------------------------	--	--	--	--

Normativo legal					Dedução efetuada				
Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2009/M, de 22/1)					717 € 0,00				
Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma dos Açores (art.º 6.º do Dec. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/1)					726 € 0,00				
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 35.º, n.º 6 e 36º, n.ºs 5 e 36.º-A, n.º 6 do EBF)					718 € 0,00				
Sociedades de capital de risco e investidores de capital de risco (art.º 32.º-A, n.º 4 do EBF)					719 € 0,00				
Dedução por lucros retidos e reinvestidos pelas PME (art.os 27.º a 34.º do CFI) aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 27.º a 34.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)					727 € 591,34				
Dedução de 50% à coleta pelas entidades licenciadas para operar na Zona Franca Industrial da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 6 do EBF)					728 € 0,00				
					720 € 0,00				
TOTAL DAS DEDUÇÕES (703 + 707 + 711 + 715 + 724 + 795 + 717 + 726 + 718 + 719 + 727 + 728 + 720)					721 € 591,34				

076					Crédito fiscal extraordinário ao investimento (Lei n.º 49/2013, de 16/07)				
-----	--	--	--	--	---	--	--	--	--

Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período		Saldo que transita para período seguinte		
722 € 0,00		723 € 0,00		724 € 0,00		725 € 0,00		

077					Transmissão de benefícios fiscais da sociedade fundida ou cindida ou da sociedade contribuidora (Art.º 75.º-A do CIRCI)				
-----	--	--	--	--	---	--	--	--	--

729-NIF sociedade fundida, cindida ou contribuidora		01-Diploma		02-Período a que respeita o benefício		730-Saldo do benefício transmitido		731-Dotação do período	
Saldo do benefício transmitido		Dotação do período							
Total		€ 0,00		€ 0,00					

078					Incentivos sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (CFI aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro) (Para períodos de tributação de 2015 e 2016)				
-----	--	--	--	--	--	--	--	--	--

746-Código do benefício		735-Região elegível (art.º 43.º do CFI)		736-Código CAE da atividade a que se destina o investimento (art.º 2.º da Port. n.º 282/2014, de 31/12)		737-Montante das aplicações relevantes (art.ºs 11.º, 22.º e 30.º do CFI)		Incentivos: Fiscais		740-Não Fiscais		741-Total	
								738-IRC		739-IMI, IMT e SELO			

file:///C:/Users/Mário Cancela/print3422601585743093771.html

		1005 €		1006	%	1007 €	
Majoração dos encargos com a segurança social		Majoração		Taxa do IRC		Valor do auxílio	
Majoração do crédito fiscal ao investimento		1008 €		1009	%	1010 €	
Outros						1011 €	
						1012 €	
TOTAL DOS AUXÍLIOS (1004 + 1007 + 1010+ 1011+ 1012)						1013 €	
Taxa de auxílio						1014	%
Taxa máxima legal aplicável						1015	%
EXCESSO A REGULARIZAR (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)						1016 €	

11 Deduções à Matéria Coetável (a deduzir no campo 399 do quadro 09 da declaração)				
111		Coletividades desportivas (art.º 54, n.º 2 do EBF)		
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	
1111 €	1112 €	1113 €	1114 €	

11-A Informação adicional relativa ao regime aplicável às entidades licenciadas na ZFM e aos auxílios de estado com finalidade regional	
<div>Caso tenha empresa(s) parceira(s) ou associada(s) tal como definida(s) nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, indique o(s) respetivo(s) NIF</div>	<div>Caso tenha empresa(s) parceira(s) ou associada(s) tal como definida(s) nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, indique o(s) respetivo(s) NIF</div>
3 - NIF	